

MUSEU DE NOVAS PERSPECTIVAS AMBIENTAIS: INTEGRAÇÃO PAN-AMAZÔNICA, COLONIALIDADE E OS LIMITES DA COOPERAÇÃO REGIONAL

MUSEUM OF NEW ENVIRONMENTAL PERSPECTIVES: PAN-AMAZONIAN INTEGRATION, COLONIALITY, AND THE LIMITS OF REGIONAL COOPERATION

Fernanda do Nascimento Pinheiro¹

**Área Temática 01: Desenvolvimento Rural Sustentável, Dinâmica Territoriais e Conhecimentos
Tradicionais;
Modalidade: Artigo Científico**

Resumo

O presente artigo analisa os desdobramentos institucionais e políticos do Tratado de Cooperação Amazônica (TCA), firmado em 1978, à luz dos documentos multilaterais mais recentes que renovaram a agenda pan-amazônica: o Pacto de Letícia (2019) e a Declaração de Belém (2023). Parte-se da premissa de que, embora tais documentos tenham incorporado categorias discursivas como justiça climática, valorização dos saberes ancestrais e Bem Viver, sua gramática fundadora permanece ancorada em uma racionalidade desenvolvimentista e na defesa da soberania estatal, em detrimento das múltiplas territorialidades presentes na floresta amazônica. O objetivo geral consiste em compreender os sentidos políticos e institucionais atribuídos à integração regional no interior do TCA, investigando como sua retórica de cooperação foi atualizada nas décadas subsequentes, sem romper com os fundamentos coloniais do pacto. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa e interdisciplinar, com base em análise bibliográfica e documental de fontes secundárias, incluindo tratados, declarações e discursos estatais. A interpretação foi orientada pelos aportes teóricos de Rogério Haesbaert, Eduardo Gudynas e Arturo Escobar, a partir das categorias de colonialidade do território, territórios de diferença e Bem Viver. Constatou-se que a integração pan-amazônica permanece atravessada por formas de colonialidade interna, expressas na ausência de mecanismos de reparação histórica, na marginalização dos povos amazônicos e na reprodução de lógicas extrativistas sob formas atualizadas.

Palavras-chave: Integração pan-amazônica; Tratado de Cooperação Amazônica; territorialidades amazônicas; colonialidade do poder; Bem Viver.

Abstract

¹ Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Integração da América Latina (PROLAM) na Universidade de São Paulo (USP), mestre em Ciência Política pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Graduada em Ciências Jurídicas pela Universidade da Amazônia (UNAMA).

This article analyzes the institutional and political developments of the Amazon Cooperation Treaty (ACT), signed in 1978, in light of the most recent multilateral documents that renewed the pan-Amazonian agenda: the Leticia Pact (2019) and the Belém Declaration (2023). It starts from the premise that, although these documents have incorporated discursive categories such as climate justice, valuing ancestral knowledge, and Good Living, their founding grammar remains anchored in a developmentalist rationality and the defense of state sovereignty, to the detriment of the multiple territorialities present in the Amazon rainforest. The overall objective is to understand the political and institutional meanings attributed to regional integration within the TCA, investigating how its rhetoric of cooperation was updated in subsequent decades without breaking with the colonial foundations of the pact. The research adopts a qualitative and interdisciplinary approach, based on bibliographic and documentary analysis of secondary sources, including treaties, declarations, and state speeches. The interpretation was guided by the theoretical contributions of Rogério Haesbaert, Eduardo Gudynas, and Arturo Escobar, based on the categories of coloniality of territory, territories of difference, and Bem Viver. It was verified that Pan-Amazonian integration remains traversed by forms of internal coloniality, expressed in the absence of mechanisms for historical reparation, the marginalization of Amazonian peoples, and the reproduction of extractivist logics in updated forms.

1. Introdução

A integração regional na América Latina tem sido, ao longo do século XX, um ideal político reiteradamente invocado, mas sua efetivação implica em contradições histórica e particularmente, discursivas. No caso da Pan-Amazônia, esse ideal assume contornos específicos: trata-se de integrar territórios historicamente periféricos aos centros decisórios nacionais, ao mesmo tempo em que se afirma a soberania sobre uma região que é alvo de cobiça entre setores dominantes nacionais e transnacionais. A ideia de integração, nesse contexto, adquire sentidos geopolíticos e simbólicos, articulando defesa territorial, acesso a recursos naturais estratégicos e discursos de cooperação entre os países signatários. É nesse horizonte que se insere o Tratado de Cooperação Amazônica (TCA), firmado em 1978 por oito países da região, constituindo o mais longo pacto multilateral ambiental da América Latina.

Formalizado em um contexto de pós-guerra e de fortalecimento das doutrinas de segurança nacional, o TCA surge como resposta imediata às pressões externas que, sob o discurso da Amazônia como “patrimônio da humanidade”, ameaça a soberania dos países amazônicos sobre seus territórios. Nesse período, o Brasil, recém-saído da década de maior expansão da ditadura militar, buscava afirmar-se como potência regional autônoma, diante de sua exclusão do NAFTA e do avanço de tratados hemisféricos liderados pelos Estados Unidos. A construção do TCA, nesse sentido, internaliza a lógica da integração como instrumento

defensivo, diplomático e infraestrutural, mais voltado à articulação dos Estados do que à valorização das múltiplas territorialidades que coexistem na floresta.

Passadas mais de quatro décadas, a realidade amazônica impõe novos desafios e reposiciona o debate. A intensificação das mudanças climáticas, o agravamento dos conflitos socioambientais e a visibilidade global das tragédias associadas ao extrativismo desenfreado pressionam os países amazônicos a repactuar seus compromissos regionais. Nesse cenário, surgem documentos como o *Pacto de Leticia* (2019) e a *Declaração de Belém* (2023), que incorporam o discurso da justiça climática, da valorização dos saberes ancestrais e, notadamente, do *Bem Viver*, categoria de origem andina que propõe uma ruptura epistemológica com o paradigma desenvolvimentista.

Diante disso, este artigo parte do TCA como marco inaugural da institucionalização da integração pan-amazônica, buscando compreender seus desdobramentos políticos e jurídicos ao longo do tempo e interrogando suas reformulações discursivas mais recentes. Questiona-se, portanto: quais foram os desdobramentos institucionais do TCA na busca pela integração dos países amazônicos? A investigação dessa questão permite não apenas mapear a trajetória formal da OTCA e dos acordos derivados, mas também refletir criticamente sobre os limites e contradições da gramática integracionista construída e atualizada pelos próprios Estados signatários.

O objetivo geral do artigo foi analisar criticamente os efeitos institucionais e políticos decorrentes do TCA, observando tanto os mecanismos formais de cooperação quanto as mudanças discursivas que marcaram os documentos mais recentes. Especificamente, buscou-se: (a) contextualizar os marcos históricos da assinatura do TCA; (b) identificar as principais reformas institucionais ocorridas desde sua criação; (c) interpretar os sentidos políticos atribuídos à integração amazônica nas décadas seguintes; e (d) tensionar a retórica dos documentos contemporâneos a partir de categorias críticas, como *colonialidade do poder*, *colonialidade do território* e *territórios de diferencia*.

A importância desta análise fundamenta-se no fato de que, embora o discurso da integração pan-amazônica tenha se sofisticado nos últimos anos, persistem silêncios estruturais quanto às causas dos danos ambientais, à responsabilização estatal e à necessidade de reconhecer e reparar as violências históricas sofridas pelas populações da floresta. O artigo sustenta que há uma continuidade entre a gramática desenvolvimentista que fundou o TCA e

os documentos atuais, mesmo quando estes incorporam novos vocabulários. A análise parte de uma abordagem interdisciplinar e qualitativa, com base em fontes documentais e bibliográficas, interpretadas à luz dos aportes teóricos de Rogério Haesbaert (sobre colonialidade interna e territorialidades múltiplas), Arturo Escobar (territórios de diferencia) e Eduardo Gudynas (Bem Viver como alternativa ao desenvolvimento).

O problema de pesquisa possui aderência com a área temática 01 (Desenvolvimento Rural Sustentável, Dinâmicas Territoriais e Conhecimentos Tradicionais), na medida em que aborda os efeitos institucionais e discursivos dos pactos pan-amazônicos sobre os modos de vida, os territórios e os saberes dos povos que habitam a região. Ao evidenciar como a integração regional tem sido historicamente orientada por uma lógica desenvolvimentista, centrada na infraestrutura e na exploração econômica da Amazônia, o artigo tensiona os limites dessa racionalidade frente às territorialidades amazônicas não hegemônicas.

2. Metodologia

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa e interdisciplinar, com base em análise bibliográfica e documental de fontes secundárias, incluindo tratados, declarações e discursos estatais. A interpretação foi orientada pelos aportes teóricos de Rogério Haesbaert, Eduardo Gudynas e Arturo Escobar, a partir das categorias de *colonialidade do território*, *territórios de diferença* e *Bem Viver*.

A área de estudo contempla o conjunto dos países signatários do Tratado de Cooperação Amazônica (TCA), com ênfase nas dinâmicas institucionais observadas no Brasil e no Peru, que assumem papéis centrais na formulação e na reatualização da agenda pan-amazônica. O objeto da pesquisa concentra-se na gramática política dos instrumentos multilaterais de integração amazônica, observando como esses documentos operam no reconhecimento das múltiplas territorialidades presentes na floresta.

O universo abordado envolve a produção normativa e diplomática emitida entre 1978 e 2023, com foco em sete documentos principais: o texto original do TCA, os decretos brasileiros de 1997 e 2003 que instituem a Comissão Nacional Permanente, o corpus de discursos de Itamar Franco (1992–1994), o Pacto de Letícia (2019) e a Declaração de Belém (2023). Esses materiais

foram analisados com base na técnica de análise documental, articulada a uma leitura crítica e interpretativa, orientada pelas categorias teóricas previamente mencionadas.

O percurso metodológico incluiu três etapas principais: (1) seleção e sistematização das fontes documentais, com base em sua relevância institucional e política; (2) construção de categorias analíticas para leitura do material, à luz da bibliografia crítica latino-americana; e (3) interpretação dos sentidos políticos, jurídicos e territoriais atribuídos à integração pan-amazônica em diferentes momentos históricos. Trata-se, portanto, de um estudo analítico, voltado à compreensão dos modos pelos quais a retórica da cooperação regional refuncionaliza dispositivos coloniais, ao invés de superá-los.

3. Resultados/Discussões

A análise dos documentos centrais do Tratado de Cooperação Amazônica (TCA) e de seus desdobramentos mais recentes revela que, apesar da incorporação de novos vocabulários como justiça climática, valorização dos saberes ancestrais e Bem Viver, o fundamento integração pan-amazônica permanece orientado por uma racionalidade desenvolvimentista e por formas renovadas de colonialidade do poder. Ainda que o Pacto de Leticia (2019) e a Declaração de Belém (2023) apontem para um discurso mais sensível à diversidade cultural e à crise ecológica, essas inflexões ocorrem apenas no plano simbólico, sem que se observem mudanças estruturais na forma como os Estados organizam e implementam suas políticas de integração.

A ausência de dispositivos vinculantes, a centralização decisória e a fragilidade institucional da OTCA refletem um modelo de integração voltado aos setores empresais e econômicos, mas alheio às territorialidades concretas da Amazônia. À luz das teorias mobilizadas, constata-se que o TCA atualiza uma lógica de *colonialidade do território* (Haesbaert, 2018), ao conceber a floresta como ativo estratégico a ser integrado por meio de infraestrutura e conectividade, desconsiderando os modos de vida locais.

A crítica formulada por Gudynas (2011) ao desenvolvimento como matriz hegemônica permite compreender como o conceito de *Bem Viver*, apesar de introduzido na retórica política recente, é esvaziado de seu potencial transformador ao não se vincular à restituição

territorial ou à justiça histórica. Da mesma forma, Escobar (2008) alerta para os riscos de se traduzir *territórios de diferença* em unidades de gestão técnica, ignorando suas dimensões ontológicas. A pesquisa evidencia, portanto, que a integração pan-amazônica opera como vitrine de um regionalismo discursivo, cujo alcance prático segue limitado por entraves institucionais e por um imaginário desenvolvimentista que naturaliza a subalternização dos povos da floresta.

4. Considerações Finais ou Conclusão

O percurso analítico desenvolvido neste artigo buscou problematizar as promessas e limites da integração pan-amazônica a partir do Tratado de Cooperação Amazônica (TCA) e seus desdobramentos político-institucionais. Longe de assumir uma posição neutra, a proposta aqui sustentada foi a de tensionar os sentidos inscritos nos pactos multilaterais, evidenciando suas continuidades estruturais e o descompasso entre as retóricas diplomáticas e as práticas concretas de integração regional.

Ao retornarmos ao momento fundante do TCA, vimos que sua origem esteve profundamente atrelada à geopolítica da década de 1970, marcada por uma reação defensiva dos países amazônicos frente às pressões externas sobre a floresta, uma estratégia de afirmação de soberania que, contudo, consolidou um modelo de integração com ênfase na promoção de infraestruturas que viabilizassem a integração física dos territórios, com objetivos meramente econômicos. Em grande parte, essas obras deixaram um passivo de destruição ambiental, expropriação territorial dos povos camponeses e a subalternização de populações inteiras, sobretudo àquelas ligadas ao território expropriado ou prejudicado pelos danos ambientais. O tempo revelou que a suposta cooperação entre os países amazônicos operou, muitas vezes, como atualização de uma lógica de controle territorial, agora promovida pelos próprios Estados nacionais sob a forma de *colonialidade interna*.

Os documentos recentes, como o Pacto de Letícia e a Declaração de Belém, aparentam trazer um novo léxico: justiça climática, Bem Viver, saberes ancestrais. No entanto, ao examinarmos atentamente seus conteúdos, constatamos que essas categorias são incorporadas como ornamentos discursivos, desvinculados de qualquer responsabilização histórica ou comprometimento com a restituição das múltiplas territorialidades que compõem a Amazônia viva. A gramática da integração permanece intacta, ainda orientada à extração, à gestão e à mercantilização do território.

A análise crítica aqui empreendida, orientada por autores como Haesbaert, Gudynas e Escobar, permitiu desconstruir a aparência de inovação dos novos pactos amazônicos e explicitar a persistência de uma racionalidade desenvolvimentista profundamente enraizada e entremeada no projeto de integração do território amazônico. Concluímos que sem ruptura com a matriz colonial do desenvolvimento e sem a construção de mecanismos institucionais que garantam autonomia, reparação e justiça territorial às populações historicamente subalternizadas, os pactos continuarão funcionando como vitrines diplomáticas, incapazes de produzir integração efetiva, tampouco a proteção dos povos amazônicos. Reverter esse quadro exige mais do que assinar novos

acordos: exige reconhecer os territórios de diferença, valorizar os saberes não hegemônicos e redistribuir poder político em escala regional.

5. Referências Bibliográficas

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *Declaração de Belém dos Países Membros da OTCA – XVI Cúpula de Chefes de Estado da Amazônia*. Belém, 9 ago. 2023. Disponível em: https://otca.org/pt/wp-content/uploads/2024/06/POR_web-Declaracao_Belem_XVI_MRE.pdf Acesso em: 20/06/2025.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *Pacto de Leticia pela Amazônia*. Leticia, 6 set. 2019. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/pacto-de-leticia-por-la-amazonia> Acesso em: 05/05/2025.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *Tratado de Cooperação Amazônica (TCA)*. Brasília: MRE, 1978. Disponível em: <https://otca.org/pt/wp-content/uploads/2023/07/3.-PORTUGUES-Tratado-de-Cooperacao-Amazonica-TCA.pdf> Acesso em: 04/06/2025.

BRASIL. Decreto nº 85.050, de 24 de agosto de 1980. Promulga o Tratado de Cooperação Amazônica, celebrado entre Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela, em Brasília, em 3 de julho de 1978. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 25 ago. 1980. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-85050-18-agosto-1980-434445-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 05/06/2025.

BRASIL. Decreto de 3 de junho de 1997. Cria a Comissão Nacional Permanente para o Tratado de Cooperação Amazônica – CNPTCA. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 4 jun. 1997. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/dnn/2002/dnn9725.htm Acesso em: 04/05/2025

BRASIL. Decreto de 10 de outubro de 2003. Reestrutura a Comissão Nacional Permanente para o Tratado de Cooperação Amazônica – CNPTCA e dá outras providências. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 13 out. 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/dnn/2002/dnn9725.htm Acesso em: 10/06/2025

BRASIL. Presidente (1992–1994: Itamar). *Seleção de discursos: Presidente Itamar Franco*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008. Disponível: < https://funag.gov.br/loja/download/491-Discursos_Selecionados_-_Itamar_Franco.pdf > Acesso em: 20/05/2025

ESCOBAR, Arturo. *Territórios de diferença: lugar, movimentos, vida, redes*. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

FILIPPI, Eduardo; MACEDO, Raquel. A conversão do TCA em OTCA e as dificuldades remanescentes. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 64, n. 2, p. 1–19, 2021.

GUDYNAS, Eduardo. Bem Viver: germinando alternativas ao desenvolvimento. *América Latina em Movimento*, n. 462, p. 1–20, 2011.

HAESBAERT, Rogério. *Território e decolonialidade*. São Paulo: Consequência, 2023.

SANTOS, Theotônio dos. A Amazônia como instrumento da política externa brasileira. In: VIANA, Gilberto (org.). *Amazônia: regionalismo e integração*. Belém: EDUFPA, 2014. p. 31–54.

SILVA, André Luiz Reis da. Multilateralismo amazônico e interesses brasileiros. In: OLIVEIRA, Henrique Altemani (org.). *Amazônia e relações internacionais*. Brasília: EDUNB, 2013. p. 75–93.

